



### ATA N.º 6/2025

## ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 05/05/2025

### PRESENÇA DE PÚBLICO:

Presentes o senhor António Menino e a senhora Vitória Frutuoso, residentes
em Adoseiros, a solicitar o seguinte:
- atribuição de só um sentido para circulação de veículos na Rua do Viso; cimentar caminho/valeta no seguimento da Rua dos Moinhos
Sobre o candeeiro a Junta informou que irá enviar o pedido para os serviços técnicos do município, visto que desconhece se na zona há linha de iluminação pública.
Quanto à intervenção no caminho das estufas, a Junta informou que já tinha planeado esta ação para breve.
Sobre o cão abandonado, o senhor Presidente informou que já comunicou aos serviços municipais.
O pedido de atribuição de um só sentido à Rua do Viso fica registado para análise.
Quanto ao pedido de cimentação do caminho, a Junta informou que vai efetuar a limpeza do piso, no entanto não vai proceder à cimentação porque isso iria criar problemas com água nos terrenos dos proprietários vizinhos.
ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DE 07/04/2025:

--- A Junta deliberou, por unanimidade, aprovar a ata da reunião ordinária de sete de maio de dois mil e vinte e cinco, após a leitura da mesma. ------

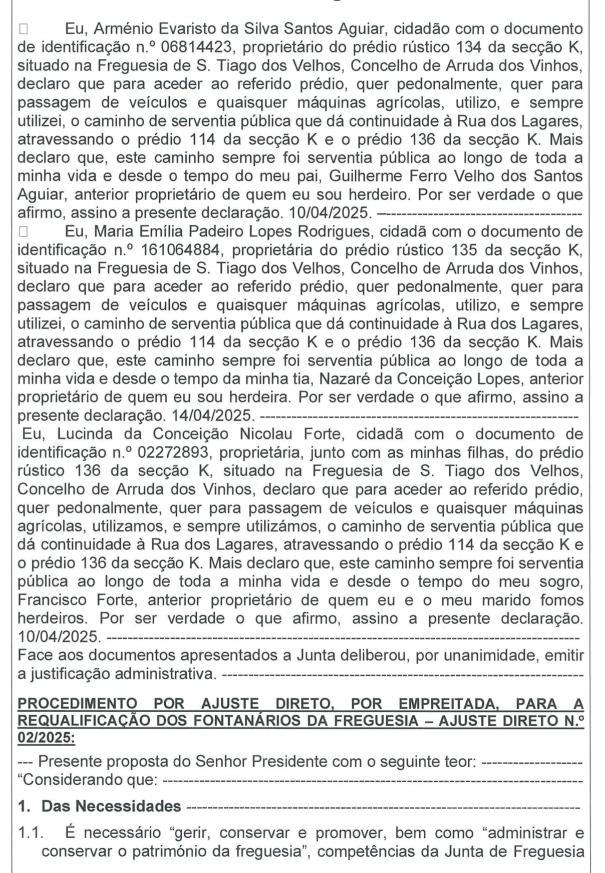


# SOCIEDADE RECREATIVA DESPORTIVA E CULTURAL DE ADOSEIROS – PEDIDO DE APOIO:

PEDIDO DE APOIO: --- Presente ofício da Sociedade Recreativa Desportiva e Cultural de Adoseiros, rececionado por email, a informar da realização do 47.º aniversário, pelo que vem solicitar o apoio da Junta de Freguesia. -----Na discussão deste ponto o Senhor Presidente ausentou-se da sala por pertencer aos corpos sociais da instituição, após o que os restantes membros do executivo da Junta deliberaram, por unanimidade, a atribuição de um apoio financeiro no valor de setecentos e cinquenta euros para o objetivo apresentado. -----REQUERIMENTO PARA JUSTIFICAÇÃO ADMINISTRATIVA: --- No dia quinze do mês de janeiro do ano de dois mil e vinte e cinco, a senhora Elisabete Maria Nicolau Forte Guerra endereçou email para a Junta de Freguesia de S. Tiago dos Velhos, a solicitar a confirmação de que o caminho, em continuação da Rua dos Lagares que faz a ligação entre esse arruamento e a Rua da Amendoeira, em S. Tiago dos Velhos, é vicinal, porque desde tempos imemoriais tem servido de passagem de pessoas, veículos e alfaias agrícolas, para todos os terrenos por ele servidos, sendo também um caminho de ligação pedonal entre S. Tiago dos Velhos e À-do-Mourão, nesta freguesia de S. Tiago dos Velhos. -------- Por o pretendido ser desconhecido dos membros do executivo, a Junta deliberou solicitar parecer à ANAFRE sobre o assunto, e após receção do mesmo a requerente foi informada dos documentos a entregar para fazer --- No dia catorze do mês de abril do ano de dois mil e vinte e cinco, a senhora Elisabete Maria Nicolau Forte Guerra apresentou fisicamente a seguinte documentação probatória: ------ Caderneta Predial Rústica do Artigo Matricial n.º 136 - Secção K; ------ Dados dos Prédios Confinantes (Artigo Matricial n.º 119 - Secção K, Artigo Matricial n.º 134 - Secção K, Artigo Matricial n.º 135 - Secção K, Artigo Matricial n.º 136 - Secção K): ------- Planta de Localização Cadastral da Direção Geral do Território da referida Seccão K: ------- Declarações dos Proprietários dos Prédios Confinantes, a seguir transcritas: -Eu, Maria Albertina da Conceição Ferreira Baixinho, cidadã com o documento de identificação n.º 08400798, proprietária do prédio rústico 119 da secção K, situado na Freguesia de S. Tiago dos Velhos, Concelho de Arruda dos Vinhos, declaro que para aceder ao referido prédio, quer pedonalmente, quer para passagem de veículos e quaisquer máquinas agrícolas, utilizo, e sempre utilizei, o caminho de serventia pública que dá continuidade à Rua dos Lagares, atravessando o prédio 114 da secção K e o prédio 136 da secção K. Mais declaro que, este caminho sempre foi serventia pública ao longo de toda a minha vida e desde o tempo do meu pai, José Francisco Ferreira, anterior proprietário de quem eu sou herdeira. Por ser verdade o que afirmo, assino a

presente declaração. 14/04/2025. ------







nos termos das alíneas cc) e ii) do artigo 16.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, que aprova o Regime Jurídico das Autarquias Locais; ------

- 1.2. Para a prossecução das suas atribuições e competências torna-se indispensável a reparação e conservação de equipamentos públicos, e zelar pela imagem urbana da freguesia nas suas diferentes vertentes; ------
- 1.4. Considerando ainda a necessidade de Requalificação dos Fontanários da Freguesia; -----
- 1.5. Tanto quanto se sabe, inexistem impedimentos à celebração deste contrato. -----
- 2. Do Preço Base ------

- 2.3. Não há lugar a adiantamentos. -----

Entidade consultada	Data de resposta	Preço base
Silvestre & Neto Construções, Lda (NIPC: 507273940)	03/12/2024	13.400,60€

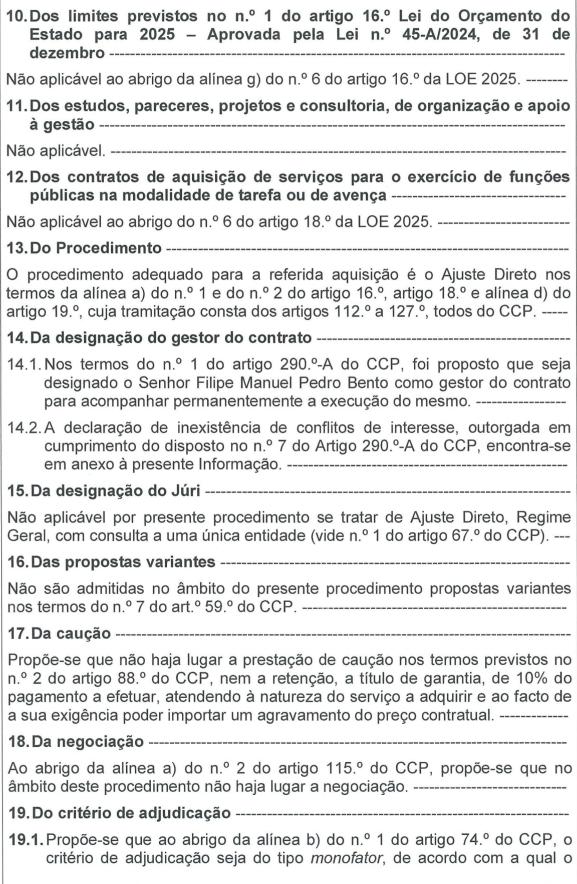
#### 3. Pedido de autorização -----

Solicita-se autorização para a abertura de um procedimento de Ajuste Direto, por empreitada, para a Requalificação dos Fontanários da Freguesia, nos termos do disposto nos pontos seguintes.

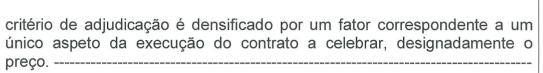


4. Do Enquadramento Orçamental e Cabimento
4.1. O encargo do referido procedimento, no montante total de € 14.840,00 (catorze mil oitocentos e quarenta euros) com IVA incluído, tem enquadramento orçamental, no ano de 2025, na económica 07.01.04.01, tendo sido efetuado o respetivo cabimento
4.2. O presente procedimento tem enquadramento no código CPV 45453100-8 – Obras de recuperação
5. Das entidades a consultar
5.1. Ao abrigo do n.º 1, do artigo 112.º do CCP que seja convidada a apresentar proposta:
- Silvestre & Neto Construções, Lda (NIPC: 507273940)
5.2. A entidade a convidar não prestou a qualquer título, direta ou indiretamente, assessoria ou apoio técnico na preparação e elaboração das peças do procedimento que lhes confira vantagem que falseie as condições normais de concorrência, não se encontrando impedida de participar no presente procedimento (al. j) do n.º 1 do artigo 55.º do CCP
6. Do limite trianual previsto no Artigo 113.º do CCP
No âmbito da presente contratação, e segundo informação prestada pelos serviços de contabilidade, relativamente ao limite trianual para o acumulado de valores adjudicados no ano económico em curso e nos dois anos económicos anteriores, constante do n.º 2 do artigo 113.º do Código dos Contratos Públicos, mais se informa que a entidade identificada no ponto anterior não ultrapassa o limite legal estabelecido, podendo, por conseguinte, ser convidada para o presente procedimento de Ajuste Direto, adotado nos termos da alínea d) do n.º 1 do artigo 19.º do Código dos Contratos Públicos:
7. Do prazo de vigência
O contrato inicia-se na data da respetiva outorga e mantem-se em vigor até à entrega e receção provisória da obra que deverá ocorrer num prazo máximo de 60 (sessenta) dias, sem prejuízo das obrigações acessórias que devam perdurar para além da cessação do contrato, incluindo as de confidencialidade e de garantia.
8. Dos compromissos plurianuais
Não há lugar a compromissos plurianuais
9. Dos trabalhadores afetos à aquisição de serviços previsto no artigo 419.º-A por remissão do n.º 2 do artigo 451.º do CCP
Não aplicável









## 20. Da Competência para a Decisão de Contratar -----

## Face ao exposto, propõe-se que o Órgão Executivo delibere: -----

- - O valor do contrato é inferior a € 30.000,00 (trinta mil euros) artigo 19.º, alínea d) e n.º 1 do artigo 112.º, ambos do CCP; ---
- **b) Aprovar,** ao abrigo da alínea a) do n.º 1 e n.º 2 do artigo 40.º as peças do procedimento, designadamente o Convite e Caderno de Encargos (inclui especificações técnicas) anexas à presente proposta; ------
- c) Autorizar que, nos termos do artigo 47.º, n.º 1, o preço base (preço máximo que a entidade adjudicante se dispõe a pagar) seja € 14.000,00 (catorze mil euros), acrescidos de IVA à taxa legal em vigor; ---------
- d) Autorizar que no âmbito do presente procedimento sejam consultadas as entidades supra indicadas, em concordância com o estabelecido no n.º 2 do artigo 112.º e n.º 1 do artigo 113.º, do CCP, uma vez que não viola os limites previstos nos n.ºs 2 e 5 do artigo 113.º do já mencionado diploma; ------
- e) Autorizar que o prazo para a entrega de proposta seja de 5 (cinco) dias: -----
- f) Autorizar que não haja lugar a prestação de caução nos termos previstos no n.º 2 do artigo 88.º do CCP, nem a retenção, a título de garantia, de 10% do pagamento a efetuar, atendendo à simplicidade e natureza da contratação e ao facto de a sua exigência poder importar um agravamento do preço contratual; -------
- g) Determinar que no âmbito do presente procedimento não haja lugar a fase de negociação de acordo com o artigo 118.º do CCP; ------



- h) Designar como gestor do contrato no âmbito do acompanhamento da execução do contrato decorrente deste procedimento o Senhor Filipe Manuel Pedro Bento, ao abrigo do n.º 1 do artigo 290.º-A do CCP; ------
- i) **Determinar** ao abrigo da alínea b) do n.º 1 do artigo 74.º do CCP, que o critério de adjudicação critério de adjudicação seja do tipo "monofator"." -

A Junta deliberou, por unanimidade, aprovar a presente proposta de Ajuste Direto, por Empreitada, para a Requalificação dos Fontanários da Freguesia. ---

### AQUISIÇÃO DE SINALIZAÇÃO:

--- A Junta deliberou, por unanimidade, adquirir seis papeleiras à empresa Urbisinal, Lda., pelo valor de quinhentos e dezanove euros, a acrescer o IVA. --

#### **RESUMO DE TESOURARIA:**

- --- A Junta tomou conhecimento, através do respetivo resumo, de no final do mês de abril haver o saldo orçamental de 31.367,03€ (trinta e um mil trezentos e sessenta e sete euros e três cêntimos).
- --- Seguidamente, foram lidas as minutas das deliberações, tendo as mesmas sido aprovadas por unanimidade. -----
- --- E, não havendo nada mais a tratar, deu-se por encerrada a reunião eram vinte e três horas e quinze minutos, da qual, para constar, se lavrou a presente ata, que eu Filipe Manuel Pedro Bento, Secretário, subscrevi. -------

Tania Raquel you calves Martins